

Análise do Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia da UFMG: a ótica discente

Analysis of the Graduate Course in Library
Science of the Escola de Biblioteconomia
da UFMG: Student spoint view

ALCENIR SOARES DOS REIS *

ANDREA HOLLERBACH SIQUEIRA REIS *

Rememora-se a proposta de criação do Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas/UFMG e discute-se a contraposição entre a proposta e a prática, explicando os problemas segundo a ótica sociológica. Conclui-se apontando as inter-relações entre macro e micro estruturas, buscando tornar explicitos os fatores que as afetam.

«Quem já sabe só pode amaldiçoar e crucificar aqueles que ainda procuram, pois a própria procura, em si mesma, é um questionamento do já saber, uma negação da chegada. Esta é a razão porque todas as ditaduras, de direita e de esquerda, se nutrem de infalibilidades, escrevem e ensinam seus catecismos, perseguem aqueles

* Alunas do Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

que resistem aos processos educacionais que estabelecem e destroem os poucos que vêem outros mundos e têm a coragem de proclamar suas visões».

RUBEM ALVES

1. INTRODUÇÃO

No momento em que o Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas-CPG caminha para dez anos de existência e realiza sua avaliação global, sentimo-nos chamados a contribuir na análise e reflexão de sua história, buscando enquanto alunos, colocar algumas questões que resultam da vivência e percepção, de forma a clarear suas contradições.

Entretanto, uma análise em que se pretenda tirar os véus que mitificam a realidade não deve se sustentar em uma visão ingênua e «colonizada», mas buscar demonstrar que a articulação e montagem da realidade servem a interesses específicos, traduzem oposições entre concepções ideológicas distintas e que aqueles que detêm o poder organizam-se através de diferentes mecanismos para letigimar-se, e mais ainda, manter o **statu quo**.

Portanto, preocupados com estas dimensões, pretendemos discutir nestas reflexões as contradições vivenciadas pelo curso, tomando como base o pressuposto de sua criação e a sua operacionalidade, de forma a tornar claro qual a proximidade entre o projeto e a prática concreta. Porém, esta análise pretende não se ater apenas ao microcosmo institucional mas estabelecer as relações entre CPG — Universidade — contexto.

2. REMEMORANDO A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CPG

Consultando-se o projeto que traçou as diretrizes para implantação do curso, destacam-se os seguintes argumentos:

- constatação de que «o ensino, no que concerne a conteúdo e métodos, é deficiente, uma vez que os professores não receberam formação adequada»;
- (...) «As disciplinas são marcadamente técnicas e pouco voltadas para a formação de líderes e administradores de bibliotecas»;
- a carência de bons administradores para bibliotecas públicas, escolares e especializadas;
- a dificuldade de se desenvolver o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica por falta de planejadores;
- a ênfase dada pela Unesco na Conferência Intergovernamental sobre Planejamento de Infra-estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, realizada em setembro de 1974 «chamando atenção dos países do Terceiro Mundo para a criação de um embasamento de informação, condição necessária ao desenvolvimento econômico e social»;
- a defesa de que «só o aperfeiçoamento de recursos humanos poderá solucionar o problema profissional na área de planejamento de bibliotecas, através da pesquisa, e na de magistério universitário, pelo treinamento específico». (8: 3-4)

Em face desta avaliação dos problemas a serem solucionados, propôs-se a implantação do curso a partir de fevereiro de 1976, com duas áreas de concentração,

«Biblioteca e Educação» e «Biblioteca e Informação Especializada», para consecução dos seguintes objetivos:

- «capacitar profissionalmente, segundo as exigências da Reforma Universitária, os professores da Escola de Biblioteconomia da UFMG, colaborando também com as demais Escolas de Biblioteconomia do País»;
- «formar liderança nacional capaz de formular políticas na área do ensino de biblioteconomia»;
- «formar profissionais qualificados para as funções de administração de bibliotecas»;
- «formar profissionais capazes de participarem efetivamente dos programas de alfabetização e educação continuada do povo»;
- «preparar recursos humanos necessários para a implantação dos subsistemas regionais do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), previsto no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo Federal»;
- «desenvolver programas de pesquisa que propiciem a formação de uma infra-estrutura de informação no Estado e no País, dentro da linha de vinculação da Universidade às metas do Governo e às necessidades da comunidade»; (8:5).

Para tanto, estruturou-se o curso com um núcleo de disciplinas comuns, obrigatórias às duas áreas, e ainda, disciplinas específicas a serem cursadas, visando formar profissionais cujas preocupações fossem dirigidas àquelas áreas de concentração definidas para o curso.

Além disso, propôs-se um elenco de disciplinas optativas, cuja competência de ministrá-las seria do

próprio curso, e outras, dentre os demais cursos da UFMG, propiciando assim um leque amplo de alternativas, enfoques e discussões. Definiu-se ainda, como exigência, a obtenção de 30 créditos no «estudo regular das disciplinas curriculares, ficando a obtenção do grau de mestre condicionada à apresentação e aprovação de uma dissertação final, na qual o aluno revele capacidade de sistematização, pesquisa e criatividade». (8:8)

Quanto às áreas de concentração, consta do projeto que elas se implementariam enfatizando predominantemente:

Biblioteca e Educação: «formação de professores-pesquisadores e ou bibliotecários sensibilizados para o problema da educação formal e não-formal. As disciplinas desse conjunto têm por objetivo enfatizar o papel social da biblioteca na comunidade»;

Biblioteca e Informação Especializada: «formação de professores-pesquisadores e ou planejadores e administradores de sistemas de informação especializada. As disciplinas desse conjunto têm por objetivo dar ao aluno formação teórico-aplicada em pesquisa científica, dotando-o de instrumentos para controle e disseminação da informação a grupos especializados»; (8:7)

Quanto à condução dos cursos, é definido que ele se faça com «metodologia compatível com o nível de Mestrado e na qual predominarão as técnicas como: seminários, estudos de casos e cursos monográficos, capazes de levar os alunos a uma participação crítica e criadora». (8:8)

No que se refere à admissão dos candidatos, consta do documento, e tem sido a prática, que a seleção se fará com base em «exame de **curriculum-vitae**, entrevista, prova de inglês e redação de ensaio sobre tema ligado à biblioteconomia no Brasil e no exterior». (8:8)

Estruturado, portanto, com estes fundamentos, pretendia-se, através da pós-graduação, preparar profissionais capazes de desenvolver as atividades abaixo especificadas, tais como:

- «promover estudos de currículos e programas de biblioteconomia»;
- «ministrar aulas teóricas e aplicadas sobre organização e transferência de informação»;
- «participar do planejamento de escolas de biblioteconomia»;
- «dirigir escolas de biblioteconomia»;
- «realizar pesquisas sobre problemas de bibliotecas, informação e educação no Brasil»;
- «promover estudos da comunidade para identificar os hábitos e necessidades de informação dos usuários»;
- «propor diretrizes para a política de formação de coleções bibliográficas»;
- «participar de trabalhos de planejamento de sistemas e rede de bibliotecas»;
- «administrar bibliotecas»;
- «elaborar propostas orçamentárias anuais e orçamentos-programas para bibliotecas e centros de informação, bem como acompanhar a sua execução»;
- «promover estudos para organização ou reorganização de bibliotecas e centros de informação»;
- «disseminar informações segundo as necessidades dos usuários»;

- «promover estudos de avaliação do desempenho de sistemas de informação»;
- «prestar assessoria técnica a órgãos do Governo, Universidades e a Empresas, em matéria de normalização e recursos bibliográficos».

Pode-se inferir, portanto, que a proposta defendida para se implementar, na UFMG, a pós-graduação guardava duas dimensões importantes: ser utópica, a nível dos ideais defendidos e concreta, no sentido de responder a demandas reais não só da área de biblioteconomia mas da realidade circundante na qual o profissional iria atuar.

Queremos, entretanto, deixar claro que, se buscássemos aprofundar o nosso foco de análise, em torno das exigências sociais que a institucionalização do curso satisfazia, enredaríamos-nos por outra linha de explicação que não interessa no momento. Não analisá-las significa só uma opção, não um desconhecimento da problemática.

Entretanto, a recorrência à historicidade do processo objetiva apenas subsidiar a discussão de como a proposta (teoria) se realiza na prática.

3. CONTRAPOSIÇÃO ENTRE PROPOSTA E PRÁTICA

A partir da revisão de como se deu a institucionalização do Curso de Pós-Graduação da Escola de Biblioteconomia da UFMG, de todos os seus objetivos e das propostas e direções tomadas para alcançá-los, resolvemos nos ater em alguns pontos que temos, enquanto alunos, condições de explicitar através de nossas vivências e questionar de forma mais sistemática, a fim de que ele possa, na prática, dar maior efetividade a seus objetivos.

Cabe aqui ressaltar que essas colocações são restritas às observações e experiências das quais parti-

cipamos, compartilhadas com as outras turmas do CPG, de 1981 em diante.

Na verdade, existe toda uma problemática que dificulta a dinamização dos cursos de pós-graduação em qualquer unidade da Universidade, haja vista que os mesmos serão influenciados por questões mais gerais da própria instituição e que resultam da problemática política e social da sociedade brasileira. No caso da biblioteconomia, a esses problemas gerais se acrescentam alguns específicos, decorrentes do próprio campo de conhecimento. Na medida em que ainda se encontra em discussão a situação epistemológica da biblioteconomia, sem um consenso de ser ela arte, técnica ou ciência, gera como consequência uma indefinição, que serve como empecilho dos possíveis avanços que se poderiam alcançar e da legitimidade que se poderia obter. É claro que esta situação é compartilhada com as disciplinas da área de Ciências Humanas. O agravante, entretanto, com relação à Biblioteconomia, é a existência de uma percepção pobre no que se refere às suas possibilidades, fazendo com que seja compreendida como um serviço de apoio e suporte, subalterno às outras áreas, visão às vezes compartilhada por seus próprios profissionais.

Uma das possíveis explicações, que necessitaria de aprofundamento teórico, seria a predominância feminina na área, uma vez que a nível de senso comum as mulheres são percebidas como submissas, passivas e conformistas.

Por tudo isso e também pelo fato de as Escolas de Biblioteconomia, e principalmente a da UFMG, serem unidades de pequeno porte no contexto das instituições, sua representatividade e força política na influência das decisões de planos e programas a serem implementados, em relação às demais unidades, são menores.

Esta situação se reflete diretamente nos cursos de graduação e pós-graduação. No caso da pós-graduação, tal situação vem contribuindo para a não efetivação de todos os objetivos a que ela se propõe. Entretanto, apesar de todas as dificuldades acima apresentadas, a Coordenação do curso tem se mostrado disponível para o entendimento e receptivo às propostas dos alunos, com o intuito de sanar lacunas e defasagens.

Destacariamos como pontos positivos:

1. Criação de disciplinas sob denominação de «seminários», que permitem a realização de cursos que atendam a interesses específicos dos alunos;
2. Possibilidade de se discutirem e de se proporem soluções conjuntas no que se refere às disciplinas oferecidas por outras unidades da UFMG, de forma a garantir a integração do conteúdo específico e sua relação com a Biblioteconomia.
3. A existência de um certo número de professores comprometidos com a pós-graduação, no sentido de que se formem profissionais capacitados a desenvolverem uma liderança nacional;
4. A flexibilidade das coordenações para discutirem com os alunos a problemática por eles vivenciadas;
5. O convite de especialistas, de renome nacional e internacional para palestras e cursos de extensão, de acordo com o interesse das turmas e na medida das disponibilidades orçamentárias;
6. A possibilidade de os alunos serem orientados por professores de outras unidades da UFMG e mesmo de outras instituições nacionais, a fim de que possam ser cobertos os interesses e os problemas de pesquisas, com maior profundidade;

7. A adoção de uma linha eclética na organização da disciplina EPB — Estudos de Problemas Brasileiros, possibilitando a manifestação de tendências, tanto vanguardistas quanto tradicionais.
8. A reivindicação e a tentativa de se garantir junto aos órgãos financiadores — CAPES e CNPq — um número adequado de bolsas para os seus alunos;
9. A possibilidade de se fazerem pesquisas, de forma a se realizar a junção entre a teoria discutida e a prática, tem sido relevante para o crescimento intelectual do aluno e como fator de realização pessoal.

Contudo, é necessário que se apontem os problemas, focalizando-se as contradições existentes entre as propostas oficiais do curso e como estas estão ocorrendo na realidade, tendo como referência o documento analisado. (8)

3.1 Oferecimento de um leque amplo de disciplinas optativas

O curso se propõe a oferecer, por semestre, um número razoável de disciplinas optativas, que permitam uma maior flexibilidade, de acordo com os interesses de pesquisa dos alunos, e atendam à formação necessária às áreas de concentração.

Na realidade, esse elenco tem sido bem restrito, pois este oferecimento está intimamente ligado à problemática departamental, que tenta fazer a distribuição de professores entre a graduação e a pós-graduação, problemática esta que se traduz na falta de disponibilidade de professores para disciplinas que não são de seu interesse, e também devido ao número reduzido de

professores que possuem formação para ministrarem tais aulas. Há, paralelamente a estes fatos, a existência de professores capacitados, com interesse em atuar, mas cuja indicação, tanto para a graduação ou pós-graduação, encontra-se condicionada à política departamental.

3.2 Freqüência a disciplinas de outros mestrados

Existe a possibilidade de os alunos frequentarem disciplinas que são oferecidas por outros mestrados dentro da própria Universidade. Essa possibilidade é, entretanto, restrita por problemas na maioria das vezes originários da própria unidade à qual se vincula a disciplina, sendo que a Coordenação do CPG tem papel apenas de mediador quanto à garantia do oferecimento e da participação dos alunos da Biblioteconomia. Na realidade, parece que essas outras unidades, não têm interesse em atender a essa demanda, pois opõem restrições e dificuldades, justificadas por: carência de professores, número limitado de vagas, etc. Haveria, então, de se pensar em formas de se minimizar essas dificuldades, propondo uma ação cooperativa entre os vários mestrados. É importante que se coloque tal fato, para que essa ação se realize. Essas disciplinas têm papel importante na medida em que possibilitam aos estudantes a ampliação de sua visão de mundo, facilitando a necessária ligação biblioteconomia / contexto social.

3.3 Formação de administradores de bibliotecas

É clara a intenção do CPG de formar profissionais qualificados em administração de bibliotecas. Este fato pode ser comprovado através do exame do documento que o institucionalizou e pelo seu próprio nome.

Esta questão implica que deva existir um número razoável de disciplinas focalizando, de forma específica, a questão da administração, o que permitiria ao aluno matriculado a devida formação. Na verdade, o curso oferece apenas uma disciplina nesta área, geral, a qual é dada em outra unidade da Universidade, de uma maneira ampla, não havendo ademais, a preocupação de vincular o conteúdo de TGA (Teoria Geral de Administração) com os problemas da Biblioteconomia.

A não focalização da biblioteca nessa disciplina oferecida gera uma falta de pressupostos necessários ao desenvolvimento de outra disciplina afim (Princípios e Prática de Planejamento e Administração de Bibliotecas), não fornecendo ao aluno um conhecimento adequado a respeito de administração de bibliotecas. Portanto, é essa uma situação bem questionada, pois vai refletir diretamente no profissional que, ao lançar-se mais tarde no mercado, não terá o necessário domínio para ocupar os cargos que exijam, para atuação, ênfase em tais conteúdos.

3.4 Oferecer formação de profissionais em duas áreas distintas de concentração

O CPG possui duas áreas de concentração bem definidas: 1) Biblioteca e Educação 2) Biblioteca e Informação Especializada. Entretanto, o número de disciplinas, com ênfase nos conteúdos que enriqueçam e aprofundem as áreas de concentração, tem sido limitado.

3.5 Desenvolver a capacidade de pesquisa e criação, que possibilite incrementar as publicações específicas da área

Não existe uma política explícita que incentive o aluno do curso de pós-graduação a publicar os seus

resultados de pesquisas e também transformar em artigos os melhores trabalhos realizados. Na maioria das vezes ele só terá essa preocupação quando estiver desenvolvendo a sua dissertação ou mesmo quando já a tiver defendido.

3.6 A exigência do cumprimento de 30 créditos curriculares, com um determinado número de disciplinas a cumprir

Essa exigência dificulta que os alunos obtenham um aprofundamento em questões que os interessam particularmente para o desenvolvimento dos seus problemas de tese. Esse fato tem provocado nos mesmos uma impossibilidade de direcionamento, traduzida na dispersão de conteúdos, que, por sua vez, poderiam ser concentrados em áreas mais afins. É acrescida a esta questão a flexibilidade de se cumprirem os créditos em um período mais longo, ou seja, no mínimo de 18 meses e no máximo em 24 meses. Entretanto o aluno é levado a cumprir esses créditos em tempo mínimo, devido ao fato de a obtenção das bolsas estar restrito basicamente a 24 meses e só em casos esporádicos conseguir uma prorrogação por mais 6 meses. O não cumprimento dos créditos nos prazos cria dificuldades para o aluno em termos de recursos financeiros, na época em que esses são realmente indispensáveis, ou seja, durante a feitura de sua dissertação.

3.7 O oferecimento de professores orientadores

A questão da orientação é bastante complexa, na medida em que existe um «encalhe» de orientandos, que às vezes já desistiram de obter o grau de mestre e não comunicaram à escola, o que deixa os orientadores ainda compromissados com estes alunos. Portanto, os mais recentes têm dificuldade de conseguir orientação

com professores por eles escolhidos segundo interesses mútuos. Existem casos também em que os professores disponíveis não se sentem com disposição ou mesmo preparados para orientar determinados alunos, o que gera inquietações e dificuldades para se levar avante as dissertações, podendo ser este, entre outros, um fator contribuinte para a baixa produtividade de teses na área.

3.8 Formar pesquisadores, professores e líderes na área

Os cursos de pós-graduação têm como uma de suas propostas formar pesquisadores e professores a fim de atuarem enquanto lideranças nacionais, em suas áreas específicas. Porém, na Escola de Biblioteconomia existe uma contradição significativa quanto a esta questão, na medida em que, dentro do corpo docente de seu curso, existem posições antagônicas a respeito da direção a ser dada a essa formação. Antagonismo este representado, de um lado, por visões mais tradicionais, que valorizam excessivamente a técnica e, de outro, por posições mais avançadas, compromissadas com a vinculação da biblioteconomia ao contexto social, político e econômico do país.

Esta dualidade de posições, que em termos de contrários é significativa, constitui problema no caso em discussão. A pós-graduação, por constituir-se em um grupo menor, apesar de buscar uma compreensão ampliada da área, tem tido pouco êxito na difusão interna de suas propostas.

4. EXPLICANDO OS PROBLEMAS: UMA VISÃO SOCIOLÓGICA

Ao discorrer sobre as contradições vivenciadas no CPG, não podemos nos ater apenas ao microcosmo

institucional em que ele se realiza, mas torna-se necessário extrapolar buscando estabelecer as relações entre realidade institucional e contexto social.

Entretanto, uma questão central deve ser colocada: numa sociedade dividida em classes sociais, os interesses da classe dominante se contrapõem ao da classe dominada. E, na medida em que, segundo Althusser, a instituição escolar é um aparelho ideológico do Estado a classe dominante controla este aparelho de forma a implementar seu poder de dominação, legitimando-se. Desta forma, torna os seus interesses como se fossem de todos, conseguindo, através da inculcação ideológica, a universalidade dos seus projetos.

Neste sentido, a resposta de Ribeiro, (13) sobre qual a função da Universidade, é esclarecedora: «A Universidade é o útero em que as classes dirigentes se reproduzem. Ela é que repõe, a cada geração, os sábios, os técnicos e os profissionais necessários para operar e modernizar o sistema produtivo, perpetuar a ordem social e atualizar seus aparelhos ideológicos. No exercício desta função, a Universidade é uma instituição altamente eficaz. Quase todos que passam por ela se convertem em fiéis custódios da ordem constituída, em enérgicos guardiões da prosperidade dos ricos e em convictos consagradores do sistema».

Dentro desta perspectiva torna-se importante analisar o problema da universidade brasileira nos últimos vinte anos buscando compreender sua ação, basicamente voltada para a preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, na realização de uma formação predominantemente acrítica, na implementação da docilidade e passividade do aluno, por meio de controles hierárquicos por notas, exames, troca de informações entre professores sobre os mesmos, etc.

Portanto, para clarificar as questões que vêm afetando a universidade, torna-se necessário explorar as contradições da sociedade brasileira nas dimensões econômica, política e social.

Santos (14:16), discutindo a relação entre sociedade e universidade, toma como ponto de referência para análise, o período 1968/1978 e aponta as seguintes ocorrências marcantes:

- a) «Edição do Ato Institucional nº 5»;
- b) «Início da implantação da Reforma Universitária através da Lei 5540/68»;

Em linhas gerais, as conseqüências dessas decisões sobre o contexto social e a universidade foram:

1. a nível do contexto social

- ruptura com a ideologia nacional-desenvolvimentista e instauração da ótica de segurança e desenvolvimento;
- continuidade no plano econômico do modelo capitalista, intensificando-se as alianças entre capital nacional e multinacional;
- liberdades e garantias cerceadas.

2. a nível da Universidade

- «aposentadoria compulsória de professores»;
- «repressão do movimento estudantil»;
- «mudança da legislação pertinente a representação discente»;
- «as restrições à liberdade acadêmica».

Como consequência dessas medidas, foi possível implantar um modelo de sociedade cujos níveis de estratificação são altíssimos, intensificar a exploração da classe trabalhadora e do nível de espoliação social, transformar a educação não mais em processo de criação de cabeças, mas de preparação de mãos, introduzir na estrutura universitária uma racionalidade técnica, hierarquização e burocratização que terminaram por direcionar e influir nas finalidades da Universidade.

A efetividade destas diretrizes implantadas na Universidade são demonstradas por Tragtenberg (15:106) ao analisá-la, utilizando o referencial da teoria administrativa.

Coloca aquele autor a aplicabilidade dos conceitos em termos de sua operacionalidade prática, a saber:

1. Weber

a) Dominação

— «A universidade é uma instituição não só dominante na estrutura atual como instituição de dominação»;

b) Burocratização

— «pelo controle sobre o conhecimento»;

— «substituir sua produção por criar um agente burocrático especializado pela transmissão do mesmo: o professor»;

2. Selznick

c) Cooptação

— «pela conversão dos meios em fins e deslocamentos dos fins da burocracia»;

- «a tendência da burocracia multiplicar tarefas, cargos e departamentos, como sua razão de ser»;
- «A figura de cooptação aparece na universidade de forma aberta quanto o recrutamento de professores e funcionários, se dá por relações pessoais e afinidades emocionais. A forma de cooptação dissimulada aparece pelo sistema de concursos, que realizam-na obedecendo a todos os critérios formais burocráticos, porém o vencedor já está escolhido **a priori**»;

3. Crozier

d) Ênfase nas funções burocráticas

- «criam regras impessoais que freiam o desenvolvimento e a criatividade»;
- «criam centros de decisão centralizada que levam à rigidez organizacional».

Em face destes aspectos, torna-se claro que a universidade carrega as mesmas contradições do sistema social, na medida em que, dentro dela há a ocorrência da separação entre aqueles que planejam e os que executam, hierarquia e níveis de poder diferenciados, com decisões centralizadas e participação restrita das diferentes categorias que a compõem.

Podemos dizer que há formulações teóricas reivindicando o papel da Universidade enquanto espaço de geração de conhecimentos, de resposta às demandas da sociedade em que se insere, de questionamento e de proposta de mudanças. Porém, o que acontece a nível da realidade é que tais pretensões sofrem restrições para se realizarem. Explicando as contradições da Universidade, Santos (14:18) contrapõe dois modelos (tradicional, cri-

tico), cujas características estão discriminadas a seguir, ressaltando-se, porém, que não os encontraremos de forma pura, mas interpenetrados com aspectos de um e outro modelo.

Tradicional

1. «Separação entre universidade e sociedade. A universidade como lugar privilegiado do saber, dos estudos superiores».
2. «A universidade tende à inércia e à dependência».
3. «A universidade permanece neutra em relação aos problemas sociais e não os discute».
4. «A universidade sanciona, com sua prática, o modo de relação social vigente».
5. «A prática científica é fracionada em «especializações» que nada têm em comum. A complexidade do real é fragmentada na visão do especialista».
6. «A participação estudantil é restringida».

Critico

1. «A universidade tem consciência de si como parte da sociedade e reflete em sua organização as contradições da sociedade».
2. «A universidade tende a ser independente e dinâmica. Inquietação permanente».
3. «A universidade se coloca diante de problemas sociais concretos e os discute».
4. «A universidade produz uma crítica social e, ao mesmo tempo, uma autocrítica».

5. «A prática científica é integrada (integração curricular e interdisciplinar). Os currículos integrados tentam captar uma realidade complexa».
6. «A participação estudantil é estimulada».

Se numa análise «macro» percebe-se a gama de contradições que permeiam a universidade, não se pode ter muito otimismo com relação ao que ocorre a nível das micro-estruturas: Departamentos, Colegiados, Unidades. O que estará operando nesses elementos será o jogo de forças entre grupos com níveis de poder diferenciados, com oposições mascaradas entre correntes que querem manter o **statu quo** e outros que pretendem transformações. Ver-se-ão alianças e conchavos entre os grupos, estando relegada a segundo plano a busca de respostas às questões da sociedade e dos próprios alunos, que como representantes dos diferentes estratos sociais trazem à «torre de marfim» (13) aquelas contradições.

Na medida, portanto, que as preocupações são pela manutenção do poder, perde-se de vista uma dimensão de criação, burocratizando-se tanto as estruturas quanto as relações. Em decorrência, o que se espelha é uma total ambigüidade entre os objetivos propugnados e os realizados.

Como visualizar a pós-graduação neste emaranhado de contradições? Ela guarda também todas estas ambigüidades. Entretanto, como se pretende formar profissionais capazes de gerar novos conhecimentos e constituírem lideranças em suas áreas de atuação, a pós-graduação tem, por necessidade de sua própria sobrevivência, de ser o elemento catalizador das mudanças. Assim, ao tempo em que exerce esta função com maior eficácia, sofre, às vezes, no contexto das próprias instituições em que se insere, dificuldades para implementar sua proposta.

5. CONCLUSÃO

O que se buscou colocar anteriormente, visava demonstrar que as contradições apontadas no curso têm dimensões macro e micro estruturais. Entretanto, ao analisá-las, pretendia-se trazer a nível explícito os fatores que dificultam sua dinamização, a fim de que se repensassem, de forma conjunta e conseqüente, as prováveis saídas.

Creemos que será importante ampliar o leque de discussão, a fim de que não tenhamos que concordar com a citação de Alves (2:86) reportando-se a C. Wright Mills que «comparou a situação dos cientistas à de remadores no porão de uma galera. Todos estão suados de tanto remar e se congratulam uns com os outros pela velocidade que conseguem imprimir ao barco. Há apenas um problema: ninguém sabe para onde vai o barco, e muitos evitam a pergunta alegando que este problema está fora da alçada de sua competência».

Entretanto, como não temos «ainda» a legitimidade do discurso, a colocação de Crauí (6:7) serve-nos de aporte: «O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que pode ser assim resumida: **não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância**», portanto, ...

Based on the institutional proposal for the creation of the Master's Program at UFMG Library School, it contraposes, from a sociological perspective, the original plan and the real practice, as affected by internal and conjunctural problems. The conclusion highlights the interactions between macro and micro structures, looking forward to clarifying the main negative factors which interfere in the achievement of original goals.

BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Rubem. **Variações sobre a vida e a morte**; a teologia e suas falas. São Paulo, Ed. Paulinas, 1982. 213 p.
2. ————. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 4. ed. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1982.
3. ANDRADE, Ana Maria Cardoso et alii. Algumas considerações acerca da situação epistemológica da biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, **10(2)**: 153-62, set. 1981.
4. CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 13. ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. 125 p.
5. ————. Ideologia e educação. **Educação & Sociedade**, São Paulo, **2(5)**: 24-40, jan. 1980.
6. ————. O discurso competente. In: ————. **Democracia e poder: o discurso competente e outras falas**. 3. ed. São Paulo, Moderna, 1982. p. 3-13.
7. GADOTTI, Moacir. A universidade brasileira: funções, estrutura de poder, perspectivas. In: ————. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 3. ed. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1982.
8. LIMA, Etelvina & VIEIRA, Anna da Soledade. **Projeto de implantação do curso de pós-graduação em biblioteconomia na UFMG**. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia, 1975. 191 p.
9. MARTUCCI, Elizabeth Márcia. Sobre educação bibliotecária e perfil profissional. **Palavra Chave**, São Paulo, **3:2**, out. 1983.
10. MILANESI, Luiz. Forma/formação/fôrma do bibliotecário. **Palavra Chave**, São Paulo, **3:2**, out. 1983.
11. PIROLLA, M.C.G. A formação do bibliotecário. **Palavra Chave**, São Paulo, **3:2**, out. 1983.
12. RATTNER, Henrique. Pós-graduação, pesquisas e serviços. In: SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA UNIVERSITÁRIO E

A SOCIEDADE BRASILEIRA, João Pessoa, out. 1978. **Anais...** Brasília, Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras/CNPq, 1978. p. 73-75.

13. RIBEIRO, Darcy et alii. Qual a função da universidade? **Leia**, São Paulo, jul. 1981.
14. SANTOS, José Henrique. A universidade e a sociedade brasileira atual: participação e alienação. In: SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA UNIVERSITÁRIO E A SOCIEDADE BRASILEIRA, João Pessoa, out. 1978. **Anais...** Brasília, Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras/CNPq, 1978. p. 16-20.
15. TRAGTENBERG, Maurício. Aplicação das teorias de Weber, Selznick e Lobrot à educação. In: SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA UNIVERSITÁRIO E A SOCIEDADE BRASILEIRA, João Pessoa, out. 1978. **Anais...** Brasília, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras/CNPq, 1978. p. 106-8.
16. VIEIRA, Anna da Soledade. A formação de administradores de bibliotecas: na berlinda o programa da UFMG. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, **6**(2): 136-60, set. 1977.
17. ————. & LIMA, Etelvina. A pós-graduação em biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, **6**(2): 125-35, set. 1977.